

ALEGO

Deputados aprovam título de Cidadania a Michelle Bolsonaro



Foto: Ujill Rosa/Alego

A proposta é do deputado Fred Rodrigues (DC) e teve apenas um voto contrário, da petista Bia de Lima.

Página 7

REFIS

Anápolis quer renegociar 40% de R\$ 120 mi em dívidas



Município oferece desconto de até 100% em multas e juros. O prazo de adesão ao programa vai até 1º de outubro. **Página 10**



Divulgação

99,6% das escolas goianas aderem ao programa federal de alfabetização

Goias é um dos estados brasileiros que mais aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Página 11

RETOMADA

Goias vai concluir 120 obras paradas

Estado vai receber R\$ 103 milhões em recursos da União para retomar obras de escolas públicas em 77 municípios.

Página 8

ENTREVISTA

ROGÉRIO CRUZ

Prefeito de Goiânia

“Se pudermos fazer uma nova licitação para coleta de lixo, nós iremos fazer”

Divulgação



O prefeito pretende voltar a terceirizar o serviço de coleta de lixo e a varrição da cidade caso a proposta conste do relatório da CEI da Comurg. **Páginas 4 e 5**

ELEIÇÕES 2024

“STF não deve mudar jurisprudência sobre prefeito itinerante”

A avaliação é do advogado Luciano Hanna, ex-juiz do TRE-GO, e diz respeito à possibilidade de Gustavo Mendanha conseguir aval para ser candidato em Goiânia.

Página 6

VASSIL OLIVEIRA

Lula e Bolsonaro já interferem na eleição em Goiânia

A tese de que as eleições nacionais não afetam as disputas locais, nos estados e municípios, é mais tese do que realidade.

Página 3

COVID-19

Dez municípios goianos em alerta

A cidade de Goias está entre as cidades com aumento expressivo de notificações da doença, com um crescimento de 212% no mês de agosto.

Página 10

EDITORIAL

Estado dos contrastes

O agronegócio de Goiás tem uma produtividade das mais altas do país, graças à tecnologia de ponta, mas ainda convive com uma das práticas mais atrasadas do mundo: o trabalho escravo.

Na quarta-feira, 6, véspera do feriado da Independência do Brasil, foi divulgado o resultado da Operação Resgate III no mês de agosto. Em apenas um mês, os agentes dos órgãos de fiscalização resgataram 532 trabalhadores em situação análoga à escravidão.

A ação é resultado de parceria entre seis órgãos: Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho e Emprego e Polícia Rodoviária Federal.

Com 126 trabalhadores em condições degradantes de trabalho, Goiás ficou em segundo lugar no vergonhoso ranking da operação, atrás apenas de Minas Gerais, onde 204 pessoas foram resgatadas e à frente de São Paulo (54), Piauí (42) e Maranhão (42).

A divulgação se deu na mesma semana em que os empregos gerados pelo agro foram destaque no Valor Econômico, um dos mais importantes jornais do segmento no país. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho colocam Goiás liderando a geração de empregos no Centro-Oeste. Segundo o jornal, o agronegócio, capitaneado pelas commodities e as safras recorde foi a mola propulsora desse crescimento.

Goiás é um estado de oportunidades, mas também é um estado de contrastes. É preciso reduzir o fosso entre os muito ricos e os miseráveis no estado.

ARTIGO

Paradoxo tributário

A indústria é um ativo de qualquer nação ou estado nacional. Preservá-lo é missão de todos os agentes públicos e privados. Quando o setor produtivo local consegue convergência com o Estado reconhecendo a relevância dos incentivos fiscais para o Estado, alguns teóricos desinformados se levantaram defendendo ideias que, na prática, não colaboram para a continuidade do crescimento econômico goiano.

A competição tributária, como se prefere denominar, não é mecanismo exclusivo do Brasil. Federações como Canadá, EUA, Rússia e Suíça também lidam com disputas

tributárias a partir da concessão de incentivos e benefícios fiscais para atrair capitais de investimento ou financeiros. Aliás, sem os incentivos, ocorre a concentração regional da indústria, que empobrece o País e traz desequilíbrios sociais gigantes — dividindo a nação, com o tempo, entre o País pobre e o País rico.

A decisão econômica de uma empresa para se estabelecer em um determinado local envolve diversas vantagens competitivas, como a existência e a relevância do mercado consumidor interno, insumos para abastecer a produção, a viabilidade logística, a variedade de modais

ARTIGO

A autonomia da Administração Tributária

Tida como a alma do Estado, a Administração Tributária é definida na Constituição Federal como essencial ao seu funcionamento. O Fisco atua como legítimo instrumento para a garantia dos direitos fundamentais ligados à prestação de serviços públicos, promovendo o desenvolvimento regional, a geração de emprego, renda e a melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, a realidade tem sido outra. Em Goiás, por exemplo, têm faltado investimentos para a modernização da Administração Tributária, notadamente na área de tecnologia da informação. Além disso, o Fisco goiano trabalha, atualmente, com um déficit nos seus quadros, tendo cerca de 600 Auditores-Fiscais na ativa, 20% abaixo do efetivo legalmente previsto.

Diante disto, torna-se necessário buscar a sua institucionalização, mediante a edição e aprovação pelo Legislativo esta-

dual, da Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT). Tal pauta é uma das principais bandeiras de luta do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco-GO) e vamos buscar incluí-la, por meio de sugestão, aos planos de governo dos candidatos a governador no pleito deste ano.

A entidade sindical do Fisco entende que a autonomia da Administração Tributária é uma verdadeira instituição da sociedade goiana, em um contexto de razoável índice de sonegação aliado à necessidade cada vez maior de recursos destinados à oferta de serviços públicos. O combate sistemático e inteligente à sonegação, o adequado tratamento e formalização da política tributária, o desenvolvimento de tecnologia de ponta, a qualificação e instrumentalização dos seus quadros de pessoal requerem uma organização estruturada e especializada.

Nós, Auditores-Fiscais da

Receita Estadual de Goiás, lutamos para que a Administração Tributária tenha autonomia administrativa, financeira e orçamentária, com função específica de tributação, arrecadação e fiscalização, cuja estrutura própria de órgão autônomo seja diretamente subordinada ao Chefe do Executivo, permitindo, assim, ao Poder Público auferir receita capaz de possibilitar o desempenho de suas funções vinculadas à concretização dos direitos fundamentais.



Paulo Sérgio Carmo é Auditor-Fiscal da Receita Estadual de Goiás e presidente do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco-GO)

para se exportar e importar produtos, a perspectiva econômica do Estado em análise, a infraestrutura urbana, a posição geográfica do local de investimento, a disponibilidade de mão-de-obra e de energia. Contudo, um dos principais fatores que interferem na tomada de decisão é a tributação.

Lugares improváveis são eleitos para sediarem grandes empresas, quando nunca o seriam se o fator incentivo fiscal não existisse. Em Goiás, a política de incentivos fiscais que surgiu com o Programa Fomentar, em 1984, povoou o cluster industrial do DAIA em Anápolis e outros municí-

pios do interior de Goiás, atraindo empresas provenientes do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Há expressiva crítica acerca da utilização da expressão "guerra fiscal" no Brasil, por se tratarem de termos que concedem uma visão pejorativa sobre essa prática. No entanto, ao invés de sacrificar uma política eficaz de atração de investimentos para regiões menos viáveis que Sul e Sudeste, melhor seria aprimorar as formas de monitoramento dos incentivos fiscais para evitar distorções no mercado. Acabar com a doença matando o paciente nunca



Edwal Portilho, o Tchequinho, é presidente-executivo da Adial



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@yahoo.com.br

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62.99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

Lula e Bolsonaro já interferem na eleição em Goiânia

Lula e Bolsonaro estão no imaginário eleitoral brasileiro e definem linhas de confronto que vão repercutir inevitavelmente em outubro do ano que vem. A tese batida de que as eleições nacionais não afetam as disputas locais, nos estados e municípios, é mais tese do que realidade.

Lula e Bolsonaro não ficarão alheios às eleições municipais e vão se mexer, de acordo com seus eleitores, para acomodar o melhor possível para eles o resultado. Vão pedir votos, liberar verbas (caso de Lula), costurar o máximo de alianças e impedir outras. A presença deles na pré-campanha é fato. Depois, também, ainda que mais camuflado. E tudo porque em 2024 também está sendo jogado 2026.

Em Goiás, os ecos da presença de Lula e Bolsonaro já são sentidos de forma expressa. O deputado federal Gustavo Gayer (PL) será ou não candidato? Basta a questão posta para se ver o dedo do ex-presidente. Antes, Gayer era mais um. Agora, é o bolsonarista de referência no Estado, com capital eleitoral próprio de grupo forte e agressivo. E que não é pequeno.

Vanderlan Cardoso (PSD) não chega a ser fruto do bolsonarismo, mas busca o apoio de Bolsonaro para segurar Gayer e apoiá-lo. Conta, para isso, com o outro senador, Wilder Moraes (PL), que se movimentou de acordo com o grupo que o elegeu e deu personalidade política, ele que até então era um azarão: suplente (de Demóstenes) que de repente virou senador, lá atrás.

O PT, que estava adormecido no Estado, não só voltou ao jogo como tem um nome que se destaca com luz própria, a deputada federal Adriana Accorsi. Escudada pelo carisma de Lula, e em um governo com

Cansado

Estou cansado das coisas que nem sei. E mais cansado pelo que nem consigo imaginar. Estou cansado pelo que me falta, e para com o que estou em falta. O cansaço que me cansa mais é o de tudo quanto há, com seus sonhos, seus desejos, suas delusões inocentes como a do amor definitivo e infalível. Ah, que coisa boa imaginar que o mundo acabará se me faltar aquele beijo, e ver que não acaba, só o que tem fim é aquele beijo e nada mais.

Minha vida são as pequenas coisas. As grandes me cansam porque pesam como a saudade da infância, embora com a infância perdida eu me entenda: fecho os olhos e me transporto para a rua



melhora constante na avaliação, Adriana passou a ter, além de competitividade, perspectiva de poder, que é o cheiro mais forte de vitória que um candidato pode ter.

O prefeito Rogério Cruz é o mais fora da caixinha. Não tem Lula, não tem Bolsonaro e pode não ter partido. O Republicanos já escancarou sua insatisfação com o tratamento recebido e deu ultimato: ou tem mais espaço, ou quer espaço nenhum, e está fora. Fora da prefeitura e com Rogério fora dos seus quadros.

O Republicanos, no entanto, que era Bolsonaro de carteirinha e fé, acaba de se estabelecer em um ministério lulista. O Republicanos, com Rogério, é uma coisa em Goiânia; sem Rogério, é outra, com horizonte aberto pra lançar candidato ou compor com quem o considerar mais. Elementar e básico.

E há o fator Ronaldo Caiado. O governador está mais para Bolsonaro do que para Lula, mas não é bolsonarista. Em Goiás, pode apoiar de mamando a caducando, como se diz. Não há barreiras. Ainda

dos meus amigos que hoje só me importa rever mesmo naquele tempo. As grandes penas do universo não me levam a lugar algum. Elas me matam de tédio, de descontento, de falta de imaginação e por trôpega criatividade.

Eu sei que não há saída para a vida pesada e enfadada. E que sou eterno. Está claro pra mim: nunca vou me ausentar. Estou cansado porque cabe em mim as histórias de uma biblioteca que não me contém. Estou cansado e sem estante. Olhem pra mim. Estou longe do fim desde quando começou o Universo. Foram poucos passos, pouca conquista desta alma consumida pelos poros. Minha



vassiloliveira@gmail.com



DEBATE

A oposição é indispensável à democracia

Andréia Bahia

Recentemente o governador Ronaldo Caiado (UB) afirmou que, em Goiás, não existe "oposição sólida". Não se sabe bem ao certo o que quis dizer com sólida, mas é fato que a oposição no estado foi gradativamente esvaziada desde 2018, quando seu principal concorrente foi Daniel Vilela (MDB), hoje vice dele. Em 2022, na disputa pela reeleição, o governador teve como adversário o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia Gustavo Mendanha (Patriota), que acaba de indicar seu irmão, Danilo Mendanha, para compor o governo.

No governo Lula a situação não é diferente. Todos os partidos do chamado Centrão caminham para compor o governo federal e apenas o PL, de Jair Bolsonaro, segue na oposição. Mas não uma oposição programática; ocupa o espaço do antipetismo que, no passado, foi ocupado pelo PSDB; aí sim, de forma programática e ideológica.

No passado recente, PT e PSDB, alternando no poder, não abriam mão do papel de oposição, e esse foi certamente o período mais democrático que o país viveu desde a redemocratização. Em Goiás, coube ao PSDB e ao MDB exercer esses papéis durante o mesmo período.

Hoje, tanto lá como cá, o que define o apoio aos governos federal e estadual é o fisiologismo, o toma-lá-dá-cá de cargos em troca de votos e apoio. Não se trata de uma adesão às políticas públicas propostas pelo governo, mas de uma simples e cega adesão ao governo.

Esse esvaziamento da oposição não deve ser comemorado por políticos do campo democrático. As oposições são indispensáveis à democracia, pois exercem o papel essencial de controle e fiscalização do governo. Sem elas, corre-se o risco de arroubos autoritários por parte dos governantes, coisa que vimos em ocasiões bastante recentes.

Cabe à oposição mediar o debate, ser o contraponto que corrige eventuais equívocos e avança em pontos que podem ser melhorados. A ausência de uma oposição, seja ela sólida ou líquida, resulta em governos de baixa qualidade, haja vista que não são alvos de críticas construtivas e recebem apenas o aplauso dos sabujos interesseiros.

que seja um apoio disfarçado. Único senão em tudo: desde que o favoreça no sonho de disputar a Presidência da República.

Contra Lula? Contra Bolsonaro? Candidato não escolhe adversário, ensina a sabedoria popular. Caiado pode interferir em alianças à esquerda e à direita no Estado, evidente. Resguardadas poucas cercas de arame aqui e ali, Caiado é hoje o pragmatismo em pessoa e candidatura.

Como se vê, as digitais de Lula e Bolsonaro estão por todo lado. Estão igualmente nas possíveis alianças. Para onde vai o PP, que agora tem ministério no governo federal? E o MDB, que tanto é governo quanto oposição a Lula, sem ser aliado de Bolsonaro? E o que resta do PSDB, o que fará?

O que dá pra adiantar: mesmo com o ex e o atual presidentes em campo, o que vai montar o tabuleiro não é a boa e velha guerra de ideologias, e sim o inevitável e imortal pragmatismo da política nossa de cada dia. O tempo passa, a Terra gira e a mente capota.

pele já foi a luz do sol. Meu coração já foi a luz da lua. A luz que resta é a do interruptor.

Não tenho vontade alguma de ir embora. Cansar-me mais na direção do abismo? A distância até a base não é o fim, é o baque, o estrondo, isso que bate no meu peito. Escrevo para me acalmar. Para respirar. Enquanto isso, me canso do que me encanta: meu senso de direção. Minha sensibilidade me abastece de mim, me enche de oração por meus milagres. Meus milagres são as horas que passam sem espantar quem me olha espantado diante de mim.

Estou cansado. Estou compassado. Tenho um horizonte que me espera e nunca tem (meu) fim.

ENTREVISTA

“Se pudermos fazer uma nova licitação para coleta de lixo, nós iremos fazer”

TRIBUNA DO PLANALTO

Como o senhor afirmou no painel do Connected Smart Cities & Mobility, Goiânia tem um dos sistemas mais inteligentes de transporte público. Por que o usuário não aprova o transporte público da Região Metropolitana?

ROGÉRIO CRUZ

O que o usuário quer? Ter um transporte de qualidade, ônibus novos, com ar-condicionado, wi-fi, quer tudo moderno. Mas infelizmente nós saímos de uma pandemia em 2020, 2021, 2022 ainda há resquício e, quando assumimos, em 2021, o sistema de transporte público nos procurou, dizendo que se a prefeitura não avaliasse a situação de um subsídio - nunca houve subsídio da prefeitura para o transporte público - o transporte público entraria em colapso. E mostrou números para o secretário de Finanças, para o nosso presidente da CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo) e eu pedi que se fizesse um levantamento técnico sobre quanto custaria uma tarifa técnica. Na época, a tarifa técnica estava em torno de R\$ 7,38 e a passagem custava R\$ 4,30. Eles falavam em aumento de passagem. Como ter um aumento de passagem com a população querendo um transporte novo? Qual foi a saída? Para não aumentar a tarifa, o que a prefeitura pode fazer? Podemos dividir onde existe ponto de partida, Goiânia, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia. As outras cidades não têm, tem circulação do ônibus que entra e sai. E chegamos a uma definição final, na qual as prefeituras de Goiânia, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia deveriam entrar com uma contrapartida, que é o subsídio, cada um no seu percentual, e o governo do Estado entraria com o subsídio para as demais cidades da região metropolitana onde não há ponto de partida e as prefeituras não têm condição financeira. Começamos em agosto de 2021 a pagar o subsídio, o que deu um fôlego para as empresas que começaram a operar normalmente com o número de ônibus adequados. À época, havia decretos para que as pessoas não saíssem de casa, outros para que não fossem trabalhar, enfim, virou uma bagunça. E nesse ínterim, as empresas perderam muito, por-



Rogério Cruz

Prefeito de Goiânia

O prefeito Rogério Cruz pretende voltar a terceirizar o serviço de coleta de lixo e a varrição da cidade caso a proposta conste do relatório da CEI da Comurg, que ele ainda não havia recebido quando concedeu a entrevista, na segunda-feira, 4, durante a edição 2023 do Connected Smart Cities, principal evento de cidades inteligentes do Brasil. Cruz foi um dos painelistas do evento e falou sobre o transporte público da capital, considerado inovador por inte-

grar a região metropolitana em um único sistema. O prefeito admitiu que o resultado da inovação não altera a avaliação que o usuário tem do transporte coletivo, porque o que o usuário quer são ônibus novos e confortáveis. Ele falou também sobre a CEI da Comurg, cujo relatório frustrou as expectativas de alguns vereadores, e também sobre as mudanças a serem feitas no secretariado para melhorar a baixa avaliação da administração.

que ao mesmo tempo elas eram perseguidas para que os ônibus rodassem nos horários normais com a mesma quantidade. Como que eu vou colocar ônibus para rodar se não existe passageiro? Criou-se uma situação difícil para as empresas e, quando o sindicato nos procurou relatando a situação, imediatamente eu tive que pensar em quem presta serviço ao usuário e pensar no usuário. Hoje, com subsídio, a prefeitura consegue ter um sistema muito avançado, usando tecnologia. Os ônibus sempre tiveram aquele leitor de cartão sitpass e

nós ampliamos essa tecnologia e lançamos o Passe Livre do Trabalhador, Bilhete Único, Cartão Família, Meia Tarifa, que trazem benefício não para a empresa, mas para o usuário. O usuário poderia estar pagando uma passagem de R\$ 5,20, e paga R\$ 4,30, e nas cidades da

Região Metropolitana que já contam com o bilhete Meia Tarifa as pessoas pagam R\$ 2,15 para fazer uma viagem.

O senhor relatou que houve aumento do número de usuários do transporte coletivo em razão das mudanças feitas. Goiânia é a segunda cidade com mais veículos proporcionais aos moradores no país, com um carro para 1,66 habitante. Na capital, o número de usuários do transporte coletivo aumentou depois das mudanças implementadas?

Em Goiânia, com o Bilhete Único, a pessoa que ia de casa para o trabalho obrigatoriamente tinha que ir para um terminal e pegar uma outra linha para usar uma passagem só. Hoje, ela pode descer no meio do caminho, usar o Bilhete Único, e pagar um transporte só. Pode pegar até três transportes, fazer integração no meio do caminho e pagar uma passagem só dentro de duas horas e meia. O levantamento que fizemos do custo-benefício para esse usuário é que ele ganha 50 minutos para ir para o trabalho e mais 50 minutos para voltar, ou seja, ganha quase duas horas de tempo, o que é qualidade de vida.

Mas essas mudanças não convenceram o goianiense que usa carro a trocar o carro pelo transporte coletivo.

Aí é a questão financeira do usuário. Existe usuário que tem uma condição muito limitada para poder ter moto ou carro e continua usando o transporte público. A melhoria veio para ele em qualidade de vida. Para ir para o trabalho, ele acorda um pouquinho mais tarde, ganha uns 50 minutos, e chega em casa mais cedo. Com o Passe Livre do Trabalhador tanto o empregador quanto o empregado ganharam, porque o empregador pagava R\$ 220,00 por dois bilhetes diários, com o Passe Livre do Trabalhador, paga R\$ 180,00 e o trabalhador tem direito a oito viagens por dia, de segunda a segunda. Nos finais de semana ele pode fazer oito viagens num dia com o bilhete. Isso também traz qualidade de vida, porque o trabalhador que precisa deixar o filho no CMEI, com o bilhete do Passe Livre do Trabalhador, pode sair de casa, deixar o filho na escola, pegar outro transporte e ir para o trabalho; na hora do almoço, pode almoçar em casa.

“ Não houve acordo com a prefeitura. As

peças dizem o que

querem dizer, mas

acordo não houve. A

Comurg não é um

órgão da prefeitura, é

uma empresa mista

que presta

serviço à

prefeitura. ”

O trabalhador está deixando a moto em casa, deixando o carro em casa e usando esse sistema?

A adesão ao Passe Livre do Trabalhador, inclusive já foi dito nas reuniões do Fórum Empresarial, deu uma alavancada muito grande em relação à contratação do serviço por parte das empresas para o seu empregado. São mais de 46 mil usuários e mais de 2,6 mil já aderiram.

As cidades inteligentes estimulam o uso do transporte público? Qual estímulo a prefeitura oferece para que as pessoas que não usam o transporte coletivo passem a usá-lo?

Essas pessoas terão esse estímulo em breve. Por exemplo, o BRT, que liga o Norte ao Sul da cidade, lhes dará essa condição. Um transporte de qualidade, com ônibus de qualidade, com ar-condicionado, wi-fi, tomada para carregar celular, isso dá conforto e qualidade de vida. Os semáforos são inteligentes e, conforme o ônibus vai saindo da estação, automaticamente o semáforo já vai abrindo, ele não fica o tempo parado de um ônibus normal. Isso tudo é qualidade de vida e serviço que o usuário precisa. Por que as pessoas usam carro? Primeiro, porque acha que o transporte público é velho, os ônibus são velhos; segundo, acha que pode atrasar porque os ônibus não têm horário certo. O BRT não, ele tem horário de partida cronometrado. Isso é qualidade de serviço que o transporte público presta ao usuário e o usuário ganha o tempo, vai poder deixar seu carro em casa porque vai ter várias estações a sua disposição, além do que o BRT é um um um transporte rápido, não é como os outros, e o usuário já ganha em qualidade de vida. Além do BRT, temos a requalificação da avenida Anhanguera, que a prefeitura fez. A Metrobus anun-

ciou que vai trocar os ônibus por veículos elétricos, mas o que adianta ter ônibus elétricos e uma via ruim?

Com o subsídios, a prefeitura cobra das concessionárias que elas prestem um serviço de melhor qualidade para o usuário?

Como a prefeitura subsidia uma parte, obrigatoriamente a prefeitura também precisa cobrar. Hoje, já podemos cobrar que essas empresas tragam ônibus novos para rodar na cidade de Goiânia e os primeiros serão os 62 ônibus do BRT. Logo em seguida, pretendemos que os ônibus elétricos, com ar-condicionado também rodem em linhas comuns, ligando bairro a bairro. Um projeto desse não existia antes. Hoje, projetando de 2021 para cá, podemos saber que as empresas estão arcando com as suas responsabilidades, com o horário certo dos ônibus e se comprometendo com a Prefeitura de Goiânia e com o próprio usuário de adquirirem ônibus novos. No Fórum Nacional de Mobilidade do ano passado, que participamos aqui mesmo em São Paulo, alguns empresários estiveram aqui conosco e nós cobramos isso. Na visita que fizemos para conhecer o BRT de Sorocaba, nós cobramos isso dos empresários que estavam conosco. Nós estávamos andando no BRT de Sorocaba de terno, dentro do ônibus, e eu disse para o empresário representante das empresas: “eu quero Goiânia assim. Você percebeu que está de terno dentro do ônibus? Quero isso lá em Goiânia, ar-condicionado, segurança, ônibus novos”. Agora, vamos lembrar aqui um pouquinho recapitulando; a Prefeitura de Goiânia nunca subsidiou o transporte público e é óbvio, nenhuma empresa de transporte público consegue sobreviver sem o apoio do governo, seja estadual, municipal ou federal; não existe isso. O contrato que existe com essas empresas vence em 2028 e na última licitação que houve eu era vereador, e exigiram renovação de frota na época. Eu mesmo, como vereador, cobre demais. Mas eu pergunto: como que uma empresa presta serviço ao município com um contrato imitado, sem a prefeitura subsidiar? Quando entrei na prefeitura, primeiro foi não deixar haver o colapso, mas ao mesmo tempo poder participar. E a nossa participação tem resultados positivos como estamos vendo, esse sistema que é inovação no Brasil. Isso que estamos mostrando, tecnicamente falando, é algo que é passo a passo e o resultado está lá na frente, mas o que o povo quer mesmo é ôni-



bus novos. Estamos trabalhando para que isso aconteça em breve. Hoje, a CMTC regula essas empresas e fiscaliza os ônibus, além disso o subsídio da prefeitura que com certeza tem dado resultado positivo tanto para a empresa como também e em primeiro lugar para o usuários do transporte público.

O conceito de cidade inteligente envolve eficiência, conectividade e sustentabilidade. Em quais desses aspectos Goiânia tem condição de avançar?

Primeiro, meio ambiente. Hoje nós temos uma preocupação com os nossos córregos, porque Goiânia é cercada por córregos, internos e externos. Inclusive, conversei com o presidente da Amma (Agência Municipal do Meio Ambiente), Luan Alves, para vermos com empresas de tecnologia ambiental estudos sobre os córregos. Como estão as condições dos córregos de Goiânia? O que fazer para filtrar esses córregos? Temos que usar a tecnologia. Hoje você pega, por exemplo, um chorume e, com tecnologia avançada, transforma em água

potável. É difícil acreditar que alguém vai beber, mas existe. Inclusive, representantes da prefeitura estiveram na Europa no ano passado visitando esse estande e viram que de fato eles usam a água potável que era água de chorume. É esse tipo de tecnologia que estamos avaliando, estudando para poder trazer para Goiânia para tratar a água dos nossos córregos. É óbvio que existem várias maneiras de tratar os córregos para manter a pureza, manter a qualidade da água da nascente até chegar ao usuário. Mas a tecnologia ajuda demais nisso e, ao invés de pensar em filtros manuais, trabalhos manuais, vou pensar na tecnologia, que me dá um resultado muito mais rápido.

A CEI da Comurg teria terminado em pizza, segundo alguns vereadores, em razão de acordos entre vereadores da comissão e o Paço Municipal, inclusive com a nomeação de parentes e assessores de integrantes da CEI. Houve interferência da prefeitura no andamento da investigação?

Primeiro, não houve acordo com a prefeitura. As pessoas dizem o que querem dizer, mas acordo não houve. A Comurg, muitas pessoas às vezes confundem, não é um órgão da prefeitura, é uma empresa mista que presta serviço à Prefeitura de Goiânia, inclusive existem contratos para isso. As secretarias que usam os serviços da Comurg, como a de Educação, Saúde, vários órgãos da prefeitura, usam o serviço da Comurg, têm um contrato e pagam à Comurg. A medição é feita, se for varrição, corte de grama, poda de árvore, existe o contrato e esse contrato é respeitado. O relatório da CEI foi feito de forma que a Comurg possa ter todas as atenções devidas para trazer soluções. Exemplo: como resolver o problema da coleta de lixo? Eles pontuaram lá. Eu não li ainda o relatório, estou aguardando o presidente receber o relatório fechado, que se não foi

enviado, será enviado pela Casa e pela comissão, passando pela Câmara; e ao receber nós teremos que ter uma reunião. Quem responde pelo contrato da prefeitura com a Comurg é a Seinfra (Secretaria de Infraestrutura) e estarão em diálogo para essa conversa do recebimento do relatório. O interesse da prefeitura é saber também o que está no relatório para que a prefeitura possa colaborar com a Comurg, sendo a Comurg uma empresa mista, mas que tem um contrato com a prefeitura, como a prefeitura tem com qualquer outra empresa.

Mas a prefeitura estuda dar um socorro de R\$ 70 milhões à Comurg, ou seja, é uma empresa que depende de recursos públicos.

Não, é, não se trata de ajuda, mas de vários pontos que estão dentro do contrato. Existe um contrato e temos que respeitar o contrato. Se a Comurg tem uma dívida além do que ela recebe, ela tem que organizar a vida dela. Um dos pontos que a comissão colocou no relatório, segundo informações que chegaram até mim, é a questão da limpeza urbana e coleta de lixo. É algo que outrora pensaram em fazer e não fizeram. A Comurg tem várias responsabilidades dentro do contato. Se pudermos fazer com que haja uma nova licitação para coleta de lixo, nós iremos fazer. Eu não sei se isso está no relatório final, mas se tiver, iremos conversar para poder reduzir os trabalhos de custo da Comurg e fazer um contrato, uma licitação ou que seja o chamamento da nova empresa para a varrição e ou para a coleta de lixo.

Esse serviço era terceirizado e o então prefeito Iris Rezende retomou a varrição e coleta de lixo para a municipalidade, em 2005. Sua ideia é voltar a terceirizar a coleta de lixo e varrição?

Exatamente. Se tiver no relatório. Nós vamos obedecer o relatório e vamos seguir em frente. Agora é óbvio, lembrando que quando se trata de valores da Comurg, a empresa tem um contrato que foi feito ao final de 2021 e atualizado no final de 2022.

Além do previsto no contrato, ela recebe suplementações orçamentárias?

Hoje não. Ela varreu, mediu, ou aparou grama, cortou mato lá dentro do órgão público, ela tem a medição e a Controladoria-Geral do Município certifica a nota e manda para a Seinfra.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

“ O partido

Republicanos é um

partido de centro

que trabalha com o

campo de centro-

direita e sabe

trabalhar também

com o de centro-

esquerda não

radical. Todo partido

que vier para somar

será bem-

vindo. ”

ELEIÇÕES 2024

STF não deve mudar jurisprudência

Divulgação

Difícilmente Corte mudará entendimento sobre prefeito itinerante, vê advogado

Carla Borges

É ínfima a chance de o Supremo Tribunal Federal (STF) mudar seu posicionamento a respeito da proibição da figura do prefeito profissional ou prefeito itinerante. Esse entendimento veda que alguém que deixa um segundo mandato no Poder Executivo (prefeito e vice-prefeito) em um município possa se candidatar a cargo semelhante em outra localidade. A avaliação é do advogado Luciano Hanna, especialista em Direito Eleitoral, ex-juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) por quatro mandatos.

“Não vejo chance de essa jurisprudência mudar”, avalia Luciano, acrescentando que a possibilidade existe, mas é remota. A pedido da reportagem, o advogado fez uma análise do pedido feito pelo MDB ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a possibilidade de o ex-prefeito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha, conseguir aval da Justiça Eleitoral para ser candidato em Goiânia. Mendanha foi reeleito prefeito da cidade vizinha em 2020, mas renunciou ao mandato para ser candidato a governador em 2022.

Líder das sondagens de intenção de voto em Goiânia e retorno anunciado ao MDB, o ex-prefeito viabilizou consulta ao TSE por meio dos advogados do partido, protocolada na semana passada. Para Luciano Hanna, por se tratar de matéria constitucional, a consulta deveria ser dirigida ao STF (casa onde a situação do prefeito itinerante foi julgada) e não ao TSE. “Por ser matéria constitucional, há possibilidade de o TSE nem conhecer o pedido”, explica o advogado.

Outra situação é em rela-



Luciano Hanna, advogado: “chance remota de mudança”

ção à impossibilidade de Mendanha — ou outro pretendo candidato em situação semelhante — ser candidato a vice-prefeito. Uma composição nesse sentido, tendo a filha do ex-prefeito Iris Rezende, Ana Paula Rezende, como cabeça de chapa, foi defendida como a “chapa dos sonhos”. Ana Paula, no entanto, anunciou na semana passada que não pretende ser candidata a prefeita de Goiânia.

Sobre uma alternativa com Mendanha candidato a vice, Luciano Hanna explica que não seria possível. “Mantido o entendimento do STF sobre a inconstitucionalidade do terceiro mandato municipal, vale para a chapa batida, prefeito e vice”, esclarece o advogado. Mendanha poderia, nesse contexto, ser candidato a vereador em Goiânia, sem nenhuma vedação. “O que não pode é para cargo no Executivo, pela jurisprudência do Supremo”, reitera Luciano.

A vedação da disputa do terceiro mandato consecutivo para chefe do Executivo está expressa no parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição Federal desde a Emenda 16, de 1997, e vale para o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos. “A intenção é justamente evitar que eventual mandatário se perpetue no poder”, esclarece Luciano Hanna.

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com

Ação contra Elias Rassi improcedente

A juíza Jussara Cristina Oliveira Louza, da 3ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Goiânia julgou improcedente a ação civil pública movida pelo Ministério Público estadual contra o ex-secretário de Saúde de Goiânia, o médico Elias Rassi Neto, Sergio Antônio Machado e Sérgio Nakamura. O MP alegava a existência de irregularidades em convênio para a compra de medicamentos. Para a magistrada, não houve ato ímprobo a ser imputado a eles.

Cancelamento de restrições

Em julgamento de mérito, Jussara Louza tornou sem efeito antiga liminar e determinou o imediato cancelamento de qualquer restrição ainda existente nos nomes dos três, seja de bens móveis ou imóveis. “Advirto que a oposição de embargos declaratórios, apenas com a finalidade de rediscutir os fundamentos da sentença, será considerada como conduta meramente protelatória e acarretará as sanções cabíveis”, alertou.

Mais de uma década

A decisão veio após 12 anos da saída do médico Elias Rassi da gestão da Secretaria de Saúde de Goiânia e passados 7 anos de tramitação da ação. Os advogados Jean Moura e Elias Menta afirmaram receber a decisão “com a tranquilidade de quem conhece o Professor Elias Rassi e sabem que se trata de homem probo e comprometido com o serviço público”.

CNJ instaura PAD

O Conselho Nacional de Justiça instaurou na terça-feira, 5, processo administrativo-disciplinar (PAD) contra o desembargador Divoncir Schreiner Maranhão, do TJ-MS. Ele concedeu habeas corpus e determinou a prisão domiciliar do traficante Gerson Palermo, condenado a pena de 126 anos de prisão. Após oito horas após a concessão do benefício, em abril de 2020, o condenado rompeu a tornozeleira eletrônica e fugiu.



Desembargador

O juiz de Direito Donizete Martins de Oliveira (foto) foi empossado na terça-feira, 5, novo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-GO). Ele foi eleito pelo critério de antiguidade e ocupa a vaga aberta com a aposentadoria voluntária do desembargador Alan Sebastião de Sena Conceição.

Jornada reduzida

Um acordo inédito na 1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia vai garantir a um empregado público do Conselho Regional de Enfermagem a redução de sua jornada de trabalho para 5 horas e meia, sem necessidade de compensação ou diminuição de remuneração, para que ele acompanhe o filho no tratamento medicoterapêutico.

Efeito multiplicador

Para o juiz Rafael Guimarães, este acordo tem um efeito multiplicador ao incentivar a autocomposição de casos semelhantes em um contexto jurídico complexo. Ele afirmou que, após duas horas de negociação, ambas as partes saíram satisfeitas.

Mantida pena por moeda falsa

Após ser condenado a quatro anos e oito meses de reclusão por introduzir moeda falsa no comércio da cidade de Anápolis, um réu apelou ao TRF-1 pedindo para ser absolvido por falta de provas. No entanto, ao analisar o processo, o relator, juiz federal convocado Pablo Zuniga, afirmou que a materialidade e a autoria do crime estão comprovadas.

O custodiado agrediu a vítima de forma violenta e cruel

Bruno Rodrigues Pinto, juiz do TJ-RJ ao converter em preventiva a prisão do estudante de medicina Yuri de Moura Alexandre, que agrediu o ator Victor Meyniel

CÂMARA

Aprovado PL que limita juros do cartão e cria o programa Desenrola

Zeca Ribeiro/Agência Câmara

Da bancada de Goiás, Gustavo Gayer foi o único deputado federal que votou contra as propostas



Da Redação

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, 5, projeto de lei que remete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a fixação de limites para os juros do cartão de crédito e cria o programa Desenrola Brasil de refinanciamento de dívidas pessoais. A proposta será enviada ao Senado.

De Goiás, o único voto contrário foi o do deputado Gustavo Gayer (PL), que votou da mesma forma que os demais integrantes da bancada de seu partido.

De autoria do deputado Elmar Nascimento (União-BA), o Projeto de Lei 2685/22, foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, deputado Alencar Santana (PT-SP). O relator incorporou ao texto a Medida Provisória 1176/23, que cria o Programa Desenrola Brasil a

Projetos foram votados pela Câmara Deputados na terça-feira, 5

fim de incentivar a renegociação de dívidas, ofertando garantia para aquelas de pequeno valor (até R\$ 5 mil).

De acordo com o texto aprovado, os emissores de cartão de crédito e de outros instrumentos de pagamento pós-pagos utilizados em arranjos abertos (cartão de bandeira) ou fechados (cartões de redes varejistas) deverão apresentar ao CMN proposta de autorregulação das taxas de juros e encargos financeiros cobrados no crédito rotativo e no parcelamento de saldo devedor

das faturas de cartões de crédito. Os limites deverão ser anuais e apresentados com fundamento.

Caso esses limites não sejam aprovados pelo conselho no prazo de 90 dias, contados da publicação da futura lei, o total cobrado de juros e encargos não poderá ser superior, em cada caso, ao valor original da dívida.

PORTABILIDADE

Uma novidade em relação ao projeto original é a portabilidade da dívida do cartão de crédito e de

outros débitos relacionados a ele, mesmo os já parcelados pelo próprio cartão ou de contas vinculadas ao cartão para seu pagamento (instrumento de pagamento pós-pago). Assim, o consumidor poderá buscar ofertas de juros menores para equacionar sua dívida junto a outra instituição financeira.

A instituição credora original não poderá cobrar custos relacionados à troca de informações e à efetivação dessa portabilidade. (Com Agência Câmara de Notícias)

HOMENAGEM

Aprovado Título de Cidadania Goiana a Michelle Bolsonaro

A Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei nº 1578/23, do deputado Fred Rodrigues (DC), que propõe a concessão de Título Honorífico de Cidadania Goiana à ex-primeira-dama do Brasil, Michelle Bolsonaro. A matéria teve apenas um voto contrário, da petista Bia de Lima. O texto segue para sanção governamental.

Para o deputado, a honraria se justifica pelos relevantes trabalhos executados durante seu mandato como primeira-dama no cumprimento de ações sociais e inclusivas, especialmente na promoção dos direitos de pessoas com deficiência, o que resultou no engajamento da sociedade civil e no fortalecimento de políticas públicas nesta parcela da população, bem como sua participação ativa em campanhas de conscientização contra o suicídio e uso de drogas.

Em Goiás, a ex-primeira-dama esteve presente em eventos culturais e artísticos. Segundo o parlamentar, ela promoveu a valorização da cultura goiana e contribuiu para o fomento da criação de projetos educacionais e sociais para a inclusão de jovens e mulheres, especialmente, de comunidades carentes.

SAÚDE

Pacientes com autismo podem ter direito a acompanhante

Câmara de Goiânia

A Câmara de Goiânia aprovou, em segunda votação, na terça-feira, 5, projeto de lei para garantir acompanhante a pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em hospitais. De autoria da vereadora Sabrina Garcez (Republicanos), a matéria altera a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - Lei Berenice Piana (9.844/2016).

A proposta tem como objetivo conceder às crianças, adolescentes e adultos diagnosticados com TEA o direito de serem acompanhados por familiar ou por



Sabrina Garcez é autora do projeto que beneficia pacientes com TEA

alguém devidamente capacitado, durante período de internação hospitalar.

O Transtorno do Espectro Autista engloba diferentes síndromes que afetam diretamente o desenvolvimento do sistema nervoso central, comprometendo principalmente habilidades de comunicação e de interação social. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o TEA atinge uma em cada cem pessoas — o que representa mais de 70 milhões de diagnósticos — em todo o mundo.

O projeto segue para sanção ou veto do prefeito Rogério Cruz (Republicanos).

RETOMADA

Goiás adere a programa do MEC para retomar obras de 120 escolas

Hegon Corrêa

Governo de Goiás também formalizou adesão a outras duas iniciativas federais que visam à ampliação de vagas em ensino integral e incentivo à alfabetização

Da Redação

Goiás vai receber R\$ 103 milhões em recursos da União para retomar e concluir 120 obras de escolas públicas em 77 municípios. O compromisso foi firmado na terça-feira, 5, em cerimônia com a participação do governador Ronaldo Caiado e do ministro da Educação, Camilo Santana, na sede da Assembleia Legislativa de Goiás, em Goiânia. A solenidade marcou a adesão do estado ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica e a outras duas iniciativas federais: o Compromisso Nacional Criança



Governador Ronaldo Caiado, ao lado do ministro da Educação, Camilo Santana, durante anúncio da adesão de Goiás a programas educacionais do governo federal

Alfabetizada e o Programa Escola em Tempo Integral.

"Goiás tem priorizado a educação", assegurou Caiado. Para o chefe do Executivo, a união entre estados, município e governo federal é fundamental para continuar avançando na área educacional. Ele colocou os técnicos da Secretaria da Infraestrutura (Seinfra) à disposição dos prefeitos que, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), possuem até dia 10 deste mês para

apresentar as propostas de adesão ao pacto.

Caiado também afirmou que as escolas goianas são referência nacional ocupando o segundo lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o ensino médio e que, em 2019, iniciou uma força-tarefa para acabar com as escolas de placa na rede estadual. A substituição dos prédios antigos por outros, de alvenaria, deve continuar sendo realizada na rede de forma

paralela às ações coordenadas pelo MEC. Além disso, estão garantidos investimentos em laboratórios, kits de aprendizagem, material didático e uniforme, entre outros itens.

Durante a solenidade, o ministro da Educação, Camilo Santana, elogiou o trabalho desenvolvido pelo Governo de Goiás no apoio a municípios para garantir a alfabetização das crianças na idade correta, por meio do programa AlfaMais. Santana expli-

cou que o objetivo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é levar a iniciativa a todos os estados brasileiros. "Vamos apoiar o programa de Goiás e queremos que essa experiência chegue a todos os 26 estados e o Distrito Federal. Queremos construir uma só política para todos os estados e municípios", destacou.

O AlfaMais foi criado pela atual gestão em 2021, por meio da Lei nº 21.071, com o objetivo de reduzir os índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente entre as crianças matriculadas nas redes públicas, além de assegurar a alfabetização na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental. O programa, que recebeu R\$ 58 milhões em recursos, está em execução nos 246 municípios e premia as escolas com melhores resultados com valores de até R\$ 80 mil.

TEMPO INTEGRAL

O estado aderiu ao Programa Escola em Tempo Integral, que está voltado para a criação de vagas na modalidade de atendimento em tempo integral, item que terá R\$ 4 bilhões em recursos federais, segundo o ministro. Em Goiás, em quatro anos, o atendimento em tempo integral passou de 158 para 252 unidades para os ensinos fundamental e médio.

MEIO AMBIENTE

Governo e setor produtivo prometem zerar desmatamento ilegal

WWF

Representantes do governo e do setor produtivo assinaram, na terça-feira, 5, um pacto pelo desmatamento ilegal zero em Goiás. O compromisso é de unir esforços para que a meta seja atingida em 2030. A solenidade aconteceu no Palácio das Esmeraldas e foi conduzida pelo governador Ronaldo Caiado.

"Nós temos que cumprir a lei. Em total parceria com as entidades do setor produtivo, o que nós estamos dizendo aqui é que não vamos tolerar nenhum desmatamento que não seja por autorização prévia da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável", disse o governador Ronaldo Caiado.

A secretária de Meio Ambiente, Andréa Vulcanis, afirma que o Estado e setores da economia assumiram compromissos importantes para viabilizar a assinatura do pacto. A iniciativa privada se comprometeu a não desmatar ilegalmente e a respeitar os limites do Código Florestal, enquanto que o governo vai aperfeiçoar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), manter a agilidade na regularização de propriedades e na análise dos pedidos de licença, desenvolver programas de pagamento por serviço ambiental, fortalecer as equipes de fiscalização, entre outros pontos.

Assinaram a minuta do

pacto 67 entidades de setores da economia. Uma delas foi a Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), presidida pelo ex-deputado federal José Mário Schreiner. "O pacto é importante não só para defender o meio ambiente, mas também a grande maioria dos produtores rurais, que trabalham corretamente, de forma digna e respeitando os limites do Código Florestal", afirmou.

O diretor-executivo da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Eduardo Alves, manifestou o compromisso em colaborar com as metas estabelecidas pelo pacto.



Desmatamento do Cerrado preocupa entidades ambientalistas

Goiás é o estado que dá certo

Saúde mais perto de você



R\$ 18 bilhões investidos na saúde



1.000 UTIs em todo o estado



7 novos hospitais em Goiânia e no interior



6 policlínicas regionalizadas



Da educação à segurança, da saúde ao social, da qualidade de vida à geração de empregos, os dados comprovam: somos o estado que não para de crescer. Tudo para fazer sua vida dar cada vez mais certo.

Escaneie o QR Code ou acesse www.goias.gov.br/oestadoquedacerto e saiba mais:



GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

ANÁPOLIS

Refis 2023 oferece oportunidade para renegociar dívidas com o município

Município dá aos contribuintes chance de quitar dívidas com até 100% de descontos de multas e juros

Da redação

Faltam poucas semanas para que os contribuintes de Anápolis possam aproveitar as vantagens de renegociar suas dívidas com o município aderindo ao Programa de Benefícios Fiscais, o Refis 2023, que vai até o dia 1º de outubro. A Receita calcula que a dívida com maior potencial de recebimento está na casa dos R\$ 120 milhões e a meta é conseguir refinarciar de 30% a 40% desse valor durante a vigência do programa.

O Refis 2023 iniciou em 1º de agosto e vai até o dia 1º de

outubro e está superando as expectativas em relação à procura que a população tem tido com esse programa que em muito colabora com a sociedade anapolina. "A meta que estipulamos de negociações até o fim do Refis 2023 acompanha o histórico de adesão ao programa dos anos anteriores", disse o diretor da Receita, Olisomar Pires.

A adesão ao Refis 2023 poderá ser feita no Rápido do Anashopping, no Procon Anápolis e no Centro Administrativo, presencialmente, mas também pelo link <https://zapdaprefeitura.anapolis.go.gov.br/zapdaprefeitura/Rapido>.

Em relação à anistia de multas e juros, o projeto apresenta a seguinte escala: 100% para pagamento à vista; 95% para pagamento entre duas e seis parcelas; 90% para pagamento entre sete e 20 parcelas; 80% para pagamento entre 21 e 40 parcelas; e 70% para pagamento entre 41 e 60 parcelas. Dívidas negociadas em edi-



Arquivo

A meta é conseguir refinarciar de 30% a 40% das dívidas durante a vigência do programa

ções anteriores cujos saldos já foram apurados por inadimplência podem ser objeto de refinanciamento.

É interessante alertar o contribuinte que esse programa, em função das condições econômicas e políticas que virão em 2024, talvez se torne

2023 a última oportunidade nesse período onde ele tenha essa chance de fazer sua renegociação com direito a esse abatimento que é muito importante. No caso, 100% de desconto e multas para pagamento à vista e o parcelamento começa com o percen-

tual de 95% até seis parcelas, ressalta o diretor.

Existem dois valores mínimos para pagamento parcelado: em caso de pessoa física ou microempreendedor individual (MEI), nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 132 e, em caso de pessoa jurídica, nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 396.

FORÇA-TAREFA

Como o dia 1º de outubro cairá em um domingo, haverá uma força-tarefa especial no sábado e domingo (30 de setembro e 1º de outubro) para atender aos contribuintes que desejam fazer a adesão ao programa. O diretor da Receita, Olisomar Pires, explica que essa medida foi determinada pela Secretaria de Economia e Planejamento para garantir o direito do contribuinte de aderir ao programa até o dia 1º de outubro. É importante que os contribuintes aproveitem essa oportunidade para renegociar suas dívidas com o município.

SAÚDE

Dez municípios goianos em alerta com aumento de casos de Covid-19

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), dez municípios goianos estão em situação de alerta, depois que foi identificado um salto de 9% para 15% na taxa de positividade para Covid-19 em Goiás, no mês de agosto. Um dos municípios que apresentaram aumento expressivo de notificações da doença foi a cidade de Goiás. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o número de casos confirmados saltou de 24 para 75, o que representa um crescimento de 212%. Contudo, a secretária municipal de saúde, Ivone Marques, ressaltou que não há nenhum caso de interação, grave, ou de maior complexidade.

A cidade de Avelinópolis também teve um salto expressivo no número de confirmações, saindo de 20 casos, em uma semana, para 50, na semana seguinte. Isso representa um aumento de 150%. Há duas

semanas, a Prefeitura de Avelinópolis chegou a suspender as aulas nas escolas da cidade durante sete dias por causa do aumento de casos de Covid-19;

Os demais municípios que também estão em estado de alerta são: São João da Paraúna, Palmeiras de Goiás, Santa Rosa de Goiás, Araçu, Campo Limpo de Goiás, Barro Alto, Heitorai e Anicuns.

Apesar do crescimento de casos de infecção pelo coronavírus, o diretor do Laboratório Central de Goiás, Vinícius Lemes da Silva, ponderou que "um aumento de positividade ainda não é um sinal único para alarmarmos com relação a uma nova onda". Contudo, segundo o diretor, a situação evidencia que se faz necessário um monitoramento cada vez mais próximo e uma melhoria do número de amostras testadas para verificar o que vem acontecendo neste novo cenário.

IMPOSTO

Aparecida reduz alíquota do ITBI em 60%

A Prefeitura de Aparecida tomou a decisão de reduzir a alíquota do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) de 2,5% para 1% até o dia 18 de setembro. Esta ação visa facilitar o registro de imóveis na cidade e, de acordo com a Secretaria da Fazenda, já resultou em um aumento expressivo de 993% nas solicitações de ITBI. O prefeito Vilmar Mariano destacou que esta redução é uma estratégia para facilitar o registro de propriedades imobiliárias, considerando o crescimento constante da cidade.

A alíquota do ITBI será ajustada para 1% até o dia 18 de setembro, aumentando para 1,5% entre os dias 19 de setembro e 3 de outubro. De 4 a 18 de outubro, a taxa será de 2%, retornando ao valor original de 2,5% após essa data. O secretário da Fazenda, Einstein Paniago, esclareceu que quanto mais cedo o contribuinte se beneficiar da redução, menor será a alíquota do ITBI. Ele também

ressaltou que esta política trará benefícios como regularização fundiária, cidadania, segurança jurídica e estímulo ao mercado imobiliário.

A Prefeitura estima que a redução temporária na alíquota do ITBI beneficiará 8.055 imóveis em Aparecida e resultará em um aumento de 54% na arrecadação do imposto. A Secretaria da Fazenda registrou um aumento significativo na demanda pela redução do ITBI, com um aumento de quase 1.000% na primeira semana após a diminuição da alíquota. A superintendente de Receitas Tributárias da Secretaria da Fazenda, Ana Paula Vilela, informou que a solicitação do ITBI pode ser feita mediante apresentação de contrato e que o contribuinte tem até 180 dias para registrar a transação após recolher o imposto com redução de alíquota. A solicitação do ITBI pode ser feita on-line através do site da Prefeitura de Aparecida.

QUALIFICAÇÃO

Mais de 700 vagas em cursos gratuitos

A Prefeitura de Goiânia está oferecendo mais de 700 vagas em cursos gratuitos para a comunidade. As inscrições serão abertas no dia 12 de setembro, das 8h às 17h, no Sine Municipal de Goiânia, localizado na Rua 1, 147, Setor Central.

Dentre as diversas oportunidades disponíveis, destacam-se cursos como aprimoramento de opções, mídias sociais, garçons, informática básica, fornecedor, eletricista predial e muitos outros, oferecendo uma chance aprimorada para o desenvolvimento de habilidades e aprimoramento profissional. Aproveite essa oportunidade de crescimento e capacitação oferecida pela Prefeitura de Goiânia.

ESCOLA

ALFABETIZAÇÃO

99,6% das escolas goianas aderem ao programa federal

Marco Monteiro/SES

245 dos 246 municípios do estado já formalizaram interesse em participar da política de alfabetização



99,6% dos municípios goianos já formalizaram interesse em participar da política de alfabetização

Dhayane Marques

Goiás é um dos estados brasileiros que mais aderiu ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com 245 dos seus 246 municípios (99,6%) já tendo formalizado interesse em participar da política. A adesão é voluntária e pode ser feita por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec), com a assinatura de um termo de adesão pelo chefe do Poder Executivo do ente federativo ou por seu representante.

O objetivo do compromis-

so é subsidiar ações concretas dos entes federativos para a promoção da alfabetização de todas as crianças do país. A política de alfabetização terá um investimento de cerca de R\$ 1 bilhão em 2023 e mais R\$ 2 bilhões durante os próximos três anos. A iniciativa visa garantir que 100% das crianças brasileiras sejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental.

De acordo com levantamento realizado pelo Ministério da Educação (MEC), 5.390 municípios brasileiros já haviam aderido ao Compromisso Nacional

Criança Alfabetizada, o que representa 96,8% do total. O Sudeste é a região com maior número de municípios que ainda podem aderir ao programa (98), sendo 95 no estado de São Paulo.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é realizado em regime de colaboração entre União e os entes federados. O objetivo é garantir que 100% das crianças brasileiras sejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, conforme previsto na meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE). O Programa busca, ainda, garantir a recomposi-

ção das aprendizagens, com foco na alfabetização de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º ano, tendo em vista o impacto da pandemia para esse público.

O compromisso não propõe uma resposta única ou centralizada para todo o país. Cada estado, em colaboração com seus municípios, elaborará sua política de alfabetização do território, de acordo com suas especificidades. Goiás está entre os estados que mais se comprometeram com essa iniciativa e está trabalhando para garantir a alfabetização de todas as suas crianças.

LIVROS

Conselhos são incluídos na política sobre material didático

O governo federal incluiu os conselhos de educação e escolares na nova regulamentação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), política pública que avalia e disponibiliza obras literárias, pedagógicas e material de apoio às escolas públicas. A medida foi publicada no Diário Oficial da União no último dia 30.

Além dos conselhos, que atuam como articuladores e mediadores das demandas educacionais, são integrantes do programa do Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), as redes de ensino e

escolas participantes, os professores e os produtores de recursos educacionais e seus representantes.

A nova regra estabelece a conduta dos agentes integrantes do PNLD, com princípios como isonomia e impessoalidade, na execução não apenas da escolha dos recursos educacionais que melhor se relacionem com o projeto pedagógico de cada escola, mas também na capacitação e conscientização da comunidade escolar sobre a gestão desses recursos.

A resolução destaca a participação dos professores em todo o processo e traz como princípio a autonomia pedagógica no plu-

ralismo de ideias e nas escolhas dos métodos.

Também foram estabelecidas as regras de atuação dos representantes de editoras e de produtoras de recursos educacionais na época do ano em que acontece a seleção do material, chamado Período Especial de Proteção da Escolha. Foram vedadas distribuição de brindes ou utilização de espaços públicos para a promoção e apresentação dos produtos educacionais.

Para a divulgação dos produtos foram estabelecidas diretrizes como formato e tamanho das publicações, que, na versão avaliativa, só poderão ser impressas até 31

de dezembro de 2025. Depois dessa data, o material de divulgação passará a ser exclusivamente digital.

A Comissão Especial de Apuração de Conduta (Ceac) foi mantida para analisar e apurar o descumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE. As penalidades para esses casos podem variar de uma advertência escrita à multa de 5% dos recursos educacionais distribuídos na região da unidade federativa, além da reparação ao dano causado. O representante do material didático também pode ter a participação no PNLD suspensa, por até 10 anos. (Agência Brasil)

ESTRATÉGIA

Certificado de Vacinação obrigatório para matrícula em escolas de Goiás

O Governo de Goiás, em parceria com o Ministério Público estadual e entidades civis das áreas da Saúde e da Educação, lançou uma nova estratégia para reforçar a cobertura vacinal no estado. A partir de agora, os pais ou responsáveis deverão apresentar o certificado de vacinação das crianças e adolescentes até os 18 anos, no ato da matrícula das escolas públicas e particulares. A obrigatoriedade está prevista na Lei 22.243, sancionada pelo governador Ronaldo Caiado em 28 de agosto.

A mudança tem como objetivo garantir a aplicação das vacinas recomendadas pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (MS). O secretário da Saúde, Sérgio Vencio, destacou que a nova lei é resultado do esforço coletivo de gestores, profissionais e representantes de conselhos e sindicatos das áreas da Saúde e Educação de Goiás para aumentar os índices de vacinação contra inúmeras doenças.

A cobertura vacinal começou a cair em 2013 e se intensificou na pandemia de Covid-19. Hoje, os índices estão bem abaixo dos 95% recomendados pelo MS. A superintendente de Vigilância em Saúde, Flúvia Amorim, destacou que a diminuição nas coberturas está levando à ocorrência de surtos de doenças antes controladas. Ela cita, como exemplo, o surto de meningite meningocócica tipo C ocorrido em escolas de vários estados em 2022.



Dhayane Marques dhayanemarques@hotmail.com

'Providencial'

O Sindilojas-GO apoia a urgência para tramitação do projeto de lei que trata do programa Desenrola Brasil e do rotativo do cartão de crédito. As duas iniciativas colaboram diretamente para a diminuição do endividamento das famílias e, indiretamente, para o aumento das vendas no comércio.

Endividamento I

Em julho deste ano, 85,9% das famílias endividadas deviam para administradoras de cartão de crédito, segundo aponta pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. O endividamento do consumidor em Goiás é o sexto menor do Brasil, mas ainda assim segue num patamar elevado, de 68% das famílias goianas.

Endividamento II

O nível de endividamento das famílias brasileiras caiu em agosto pelo segundo mês consecutivo, mas a proporção de pessoas com dívidas atrasadas e das que afirmam que não conseguirão quitar os atrasos cresceu. Isso é mostrado pela Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O índice de endividamento recuou de 78,1% para 77,4%, sendo o menor desde junho de 2022. Nos últimos 12 meses, a redução é de 1,6 ponto percentual. A queda no endividamento se deu em todas as faixas pesquisadas pela CNC. No entanto, a proporção de inadimplentes, ou seja, pessoas com contas atrasadas, cresceu e chegou em agosto a 30%. Além disso, o nível de consumidores que afirmam que não vão conseguir pagar as contas atrasadas é preocupante e atinge principalmente as pessoas com renda de até três salários mínimos.

Queda no preço da cesta básica em Goiânia

Divulgação



O preço da cesta básica de alimentos caiu em 16 capitais no mês de agosto, em comparação a julho. Os dados, divulgados nesta quarta-feira, 6, são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que pesquisa mensalmente o preço da cesta de alimentos em 17 capitais.

No acumulado dos oito primeiros meses do ano até agosto, o custo da cesta básica caiu em 12 capitais, com destaque para Vitória, com queda de 9,32%; Goiânia, 8,96%; Belo Horizonte, queda de 7,22%, e Campo Grande, 7,06%.

... maior custo

A cidade de Porto Alegre foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo, R\$ 760,59.

... mais cara

Com base na cesta mais cara que, em agosto, foi a de Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional de que o salário mínimo deveria ser suficiente para suprir as despesas da família de um trabalhador com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima que o valor do salário mínimo necessário, no oitavo mês do ano, deveria ter sido R\$ 6.389,72 ou 4,84 vezes o mínimo de R\$ 1.320 em vigor.

Produtos

Os preços do leite integral e da batata registraram queda em todas as 17 capitais pesquisadas. O do feijão cariquinha caiu em todos os locais onde é pesquisado - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Belo Horizonte e São Paulo. O do feijão tipo preto diminuiu em três das cinco capitais onde é pesquisado. O da carne bovina de primeira e o do tomate caíram em 14 das 17 capitais pesquisadas. Já o preço do pão francês apresentou elevação em 11 das 17 cidades pesquisadas, assim como o do arroz agulhinha, que aumentou em 12 das 17 capitais pesquisadas.



Nova loja

A Livraria Leitura está em expansão e abrirá uma nova loja de 360m² em Valparaíso de Goiás, no dia 20 de outubro. A nova loja estará localizada no primeiro piso do Shopping Sul e seguirá o perfil das outras 104 casas da marca, espalhadas por 22 estados brasileiros. A abertura da loja em Valparaíso promove a democratização do acesso ao conhecimento e enriquece as experiências intelectuais e culturais dos visitantes. A Leitura investe na capacitação dos colaboradores e oferece serviços exclusivos, como o programa de fidelização Sempre Leitura. A marca planeja continuar sua política de expansão, com mais dez inaugurações previstas para 2024.

Desafios na inovação

Apesar de uma melhoria geral no ranking de competitividade dos estados, com Goiás subindo sete posições, o estado enfrenta um desafio significativo quando se trata de inovação. De acordo com o Centro de Liderança Pública (CLP), Goiás perdeu quatro posições no pilar de inovação, agora ocupando o 21º lugar na avaliação. Isso deve levar a uma queda em indicadores como investimentos públicos em P&D, Patentes e Empreendimentos Inovadores. O resultado foi discutido em uma reunião do Pacto Goiás pela Inovação e levantou preocupações sobre a necessidade de melhorar as políticas relacionadas à inovação no estado.

Grupo de trabalho

Diante da preocupante queda de Goiás no ranking de competitividade relacionado à inovação, foi decidido durante a reunião plenária do Pacto Goiás pela Inovação a criação de um grupo de trabalho. Esse grupo será responsável por analisar a pesquisa e formular sugestões para reverter a situação, com o objetivo de contribuir com o estado nas próximas avaliações. O secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação declarou preocupação com os resultados e reiterou o compromisso do pacto em melhorar as políticas de inovação no estado.

Exportações

As exportações goianas cresceram 37% em agosto deste ano na comparação com igual período de 2022, com saldo superavitário de US\$ 810 milhões. O resultado mantém Goiás no 8º lugar no ranking nacional de exportações em 2023.

Importações

China, Estados Unidos e Tailândia foram os principais vendedores de mercadorias para o Estado. Os produtos mais adquiridos foram: insumos farmacêuticos, adubos, veículos automóveis, reatores nucleares e produtos químicos orgânicos.



Setor supermercadista

A 20ª edição da SuperAgos, feira anual de negócios voltada para o setor supermercadista, será realizada de 13 a 15 de setembro no Centro de Convenções de Goiânia. O evento é organizado pela Associação Goiana de Supermercados (Agos) e é considerado o principal evento voltado ao varejo supermercadista do Centro-Oeste. O Sebrae Goiás é apoiador do evento e de 26 pequenos negócios goianos que participarão como expositores. A expectativa é que as negociações geradas cheguem a R\$ 120 milhões, com um público de 20 mil visitantes e representantes de 22 estados brasileiros.